



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas – Face
Departamento de Economia – Eco
Bacharelado em Economia

**O BRASIL DO POSSÍVEL:
A controvérsia do planejamento
e sua influência no debate econômico brasileiro**

Rafael Batista Peixoto da Silva

Brasília
25 de Janeiro de 2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professora Doutora Cláudia da Conceição Garcia
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professora Doutora Milene Takasago
Chefe do Departamento de Economia

Professor Doutor Ricardo Silva Azevedo Araújo
Coordenador de Pós-Graduação do Curso de Economia

Professor Doutor José Guilherme de Lara Resende
Coordenador de Graduação do Curso de Economia

RAFAEL BATISTA PEIXOTO DA SILVA

**O BRASIL DO POSSÍVEL:
A controvérsia do planejamento
e sua influência no debate econômico brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Novaes de Almeida.

Brasília

25 de Janeiro de 2019

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas – Face
Departamento de Economia – Eco
Bacharelado em Economia

RAFAEL BATISTA PEIXOTO DA SILVA

**O BRASIL DO POSSÍVEL:
A controvérsia do planejamento
e sua influência no debate econômico brasileiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Novaes de Almeida.

Banca Examinadora:

Prof. José Roberto Novaes de Almeida – Orientador
Eco/Face/UnB

Prof. José Carlos de Oliveira –
Eco/Face/UnB

Brasília, _____ de _____ de 2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Roberto Aparecido e Adriana Batista, pelas as esperanças depositadas e por todo apoio oferecido.

Agradeço ao Prof. José Roberto Novaes, cuja gentileza, sugestões e valiosos conhecimentos transmitidos me ajudaram de forma decisiva.

Também agradeço ao Prof. José Carlos de Oliveira pela disposição em me ajudar a concluir esta etapa.

Gostaria de citar nominalmente todos os meus amigos e colegas que caminharam junto comigo. Mas como não é possível, apenas expresso que a todos eles eu sou muito grato.

Por último sou muito grato à UnB por ter me dado a oportunidade de estudar e compreender melhor as principais questões que envolvem a sociedade brasileira.

RESUMO

Este trabalho procura analisar e compreender a importância da Controvérsia do Planejamento, nome pelo qual ficou conhecido o debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen. Primeiro, examinou-se o contexto histórico, tendo em vista que ambos autores são influenciados pelas circunstâncias de sua época. Depois, há a análise dos documentos usados no debate, procurando identificar os pontos de concordância e de discordância. Por último, este trabalho buscou compreender a importância deste debate para o pensamento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Controvérsia. Debate. Planejamento. Pensamento econômico. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This work seeks to analyze and understand the importance of Controversy of Planning, name by which the debate arisen by Eugênio Gudín and Roberto Simonsen is known. First, the historical context was examined, considering that both authors are influenced by the circumstances of their time. Second, in order to identify the authors' points of agreement and disagreement, an analysis of the documents used in the debate was built. Finally, this work sought to understand the importance of this debate for the Brazilian economic thought.

Keywords: Controversy. Debate. Planning. Economic Thinking. Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
- CNI - Confederação Nacional da Indústria
- EUA - Estados Unidos da América
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
- TVA - Tennessee Valley Authority
- URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 1. CONTEXTO HISTÓRICO BRASILEIRO E O PENSAMENTO DE EUGÊNIO GUDIN E ROBERTO SIMONSEN	7
1.1 CONTEXTO	7
1.2 O PENSAMENTO DE EUGÊNIO GUDIN E ROBERTO SIMONSEN.....	7
CAPÍTULO 2. A CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO: ROBERTO SIMONSEN VERSUS EUGÊNIO GUDIN.	10
2.1 A PLANIFICAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA (1944) E RUMOS DE POLÍTICA ECONÔMICA (1944)	10
2.2 O PLANEJAMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA (1945) E CARTA À COMISSÃO DE PLANEJAMENTO (1946).....	13
CAPÍTULO 3. A IMPORTÂNCIA DA CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO E AS IMAGENS HISTÓRICAS DE EUGENIO GUDIN E ROBERTO SIMONSEN	18
3.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO	18
3.2 AS IMAGENS HISTÓRICAS DE EUGÊNIO GUDIN E ROBERTO SIMONSEN.....	20
CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS.....	22

Introdução

A partir do pressuposto que Economia é uma ciência social, portanto construída coletivamente por meio debates em que há trocas de críticas e de conhecimentos, este trabalho tem o objetivo de analisar a importância da Controvérsia do Planejamento, nome pelo qual ficou conhecido o debate ocorrido na década de 1940 entre o professor Eugênio Gudin e o industrial Roberto Simonsen sobre qual o tipo de economia o Brasil deveria adotar frente à industrialização do mundo no pós-guerra.

No capítulo 1, buscar-se-á apresentar o contexto histórico no qual o debate ocorreu e serão expostos as ideias gerais de Eugênio Gudin e de Roberto Simonsen, bem como os principais fatos associados à trajetória de vida de ambos.

No capítulo 2, serão analisados os documentos pelos quais Eugênio Gudin e Roberto Simonsen usaram para compartilhar suas ideias e suas críticas um ao outro.

No capítulo 3, será realizada uma revisão de literatura para saber se a controvérsia entre Gudin e Simonsen foi um marco definidor e lançou as bases para uma sucessão de debates sobre os rumos da economia brasileira.

Por último, mediante ao que foi exposto, será apresentado uma conclusão sobre a importância da Controvérsia do Planejamento.

Capítulo 1. Contexto Histórico brasileiro e o pensamento de Eugênio Gudín e Roberto Simonsen

1.1 Contexto

Em meados dos anos 40, as discussões sobre política econômica ganharam especial relevância a partir do debate entre Eugênio Gudín e Roberto Simonsen realizado no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico (Bielschowsky, 1995).

Primeiro, é fundamental considerar que tanto os argumentos de Gudín quanto os de Simonsen não são desvinculados do contexto histórico da época. Na década de 1930, adotou-se o modelo de substituição de importação. Esse modelo, em síntese, consistia em proteger a indústria nacional e realizar investimentos públicos, sobretudo nos setores que o capital privado nacional não tinha interesse.

As consequências da política de Vargas foram determinantes ao longo das décadas de 1930 e 1940. As mudanças na economia traduziram-se em diversificação produtiva. Como observa Mueller (2009), o Brasil passou de mero processador de produtos primários e fabricante de bens de consumo não duráveis no início da década de 1920 a fornecedor de vários bens intermediários usados pela indústria e por outros setores produtivos. Os bens intermediários expandiram-se em ritmo acelerado, saindo de uma participação de 15,6 % do valor da produção industrial em 1919 para 21,3% em 1939 e para 27,2 % em 1949 (Mueller, 2009).

No entanto, vale ressaltar que a indústria brasileira ainda era pequena no início da década de 1940. Grandes estabelecimentos industriais eram bastante escassos ao ponto que quase a metade dos estabelecimentos não possuía ou não declarou força motriz instalada (Mueller, 2009).

Do ponto de vista social, houve uma grande transformação na sociedade brasileira no período 1930-1945. Na medida em que a população rural deslocava-se para as cidades, ganharam força segmentos sociais eminentemente urbanos, como os industriais, os militares e os segmentos da classe média. A consequência disso foi a mudança no perfil dos grupos de pressão frente ao Estado, o qual, no final deste período, assumiu orientação urbano-industrial (Mueller, 2009).

Por outro lado, os debates sobre o Brasil e os seus problemas aumentavam tanto em quantidade quanto em qualidade. Boa parte disso em razão da ampla reforma educacional promovida por Vargas na década de 1930, particularmente, a medida assinada pelo Ministro da Educação Francisco Campos que em 1931 autorizou e regulamentou o funcionamento das universidades no país (FGV-CPDOC, 2018).

1.2 O pensamento de Eugênio Gudín e Roberto Simonsen

Eugênio Gudín Filho (1886-1986) desenvolveu um conhecimento amplo e diversificado sobre os problemas do Brasil. O seu legado transcende a figura de um defensor da economia liberal para um inspirador e instigador dos primeiros trabalhos de pesquisa econômica empírica realizada no Brasil (Carneiro, 1979). Uma das

primeiras contribuições de Eugênio Gudín para o ensino da economia no Brasil foi a sua atuação como integrante da primeira escola de economia do país, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (Novaes de Almeida, 2009). Depois, em 1946 construiu o Núcleo de Economia no interior da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e lançou as bases para os estudos quantitativos que melhorariam o conhecimento sobre o Brasil (Carneiro, 1979).

Entre a sua vasta referência teórica, destacam-se Jean-Baptiste Say ([1803] 1983) e David Ricardo ([1817] 1982). Tanto a Lei de Say quanto a Teoria das Vantagens Comparativas foram base para Gudín construir a visão de que o processo de industrialização deveria observar as linhas das vantagens comparativas e que o setor agroexportador não deveria ser prejudicado ou não ter os seus recursos transferidos para um setor ineficiente da economia (Campos, 1994).

Gudín foi notável defensor da economia liberal. Segundo Paulo Carneiro (1979), o seu pensamento pode ser assim estruturado:

- 1) O Estado deve se abster de participar de empreendimentos do campo privado ou de com eles concorrer;
- 2) O capitalismo de Estado é incompatível com a democracia, e, além disso, padece de inferioridade quanto à sua capacidade de melhor aproveitamento dos fatores de produção;
- 3) A política aduaneira deve feita com o objetivo de evitar que as margens excessivas de proteção à indústria nacional dispensem o esforço para melhoria da produtividade; e
- 4) O Estado deve destinar a maior parcela possível de recursos para a criação de escolas técnicas eficientes, à importação de professores estrangeiros especializados, ao custeio no estrangeiro de brasileiros preparados e selecionados e à criação de centros de pesquisa e laboratórios com o necessário aparelhamento material.

Não raro, a assertividade de Gudín lhe rendia elogios e críticas muitas vezes hiperbólicas. Entre os seus admiradores, Roberto Campos o qualificou de “O fraturador de mitos e profeta incômodo” (Carneiro, 1979, 123). Já os seus críticos, como Darcy Ribeiro (1922-1997) o adjetivaram de “entreguista” e “defensor apoplético do liberalismo” (Teixeira; Marangoni e Lobato, 2010, 68).

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948)¹ construiu o seu pensamento econômico associado à liderança do movimento industrial e à intransigente defesa da industrialização e da proteção às indústrias nascentes. Nas palavras de Bielschowsky (1995, 96): “Roberto Simonsen, o maior líder industrial brasileiro, foi o grande ideólogo do desenvolvimentismo”.

Assim como Gudín, os feitos de Simonsen perpassam as suas defesas ideológicas. Por exemplo, o mais antigo departamento de estudos econômicos no Brasil foi criado em 1944 por Simonsen (Novaes de Almeida, 2009). Antes, em 1934, fundou a Escola Livre de Sociologia e Política, que segundo Simon Schwartzman (1987),

¹ Vale observar que Roberto Simonsen não tem parentesco com Mario Henrique Simonsen (1935 - 1997).

inovou ao trazer especialistas norte americanos que incentivaram o uso métodos quantitativos para construção do conhecimento.

A obra *História Econômica do Brasil* (1937) foi um marco importante da contribuição de Simonsen ao ensino no Brasil. Simonsen foi um dos responsáveis por estruturar a economia brasileira, do tempo colonial ao Império, em ciclos de natureza agrária ou extrativista (Curi, 2014). Nesta obra, Simonsen se destacou pela riqueza dados coletados, por exemplo, a apresentação das primeiras estatísticas sobre a evolução da população brasileira, que são atribuídas a Conreiras Rodrigues (1884-1960), a Thomas Ewbank (1792-1970) e a Adrian Balbi (1782-1848) (Simonsen, 1937).

Além disso, com a sua obra, Simonsen influenciou decisivamente Celso Furtado (1920-2004), especialmente a construção do livro *Formação Econômica do Brasil* (1959 [2009]), que se tornou uma disciplina conhecida pelo mesmo nome dos cursos de Economia. Segundo Rosa Freire Furtado (2009), em 1957, em razão de um contratempo, Celso Furtado teve de permanecer mais alguns dias em Recife e nesse período reencontrou e releu a obra de Simonsen e chegou a Cambridge com ideia de explorar a riqueza dos dados coletados por Simonsen, a qual foi a base em que se desdobrou o seu estudo sobre quatro séculos e meio da economia brasileira .

A trajetória de Simonsen foi marcada pela sua projeção como líder empresarial. Suas empresas, por exemplo, foram responsáveis, a partir de 1920, pela construção de 103 estabelecimentos militares em nove estados. Em 1928, participou da criação o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), sendo vice-presidente dessa instituição. Foi eleito deputado classista para Assembleia Nacional Constituinte, representado entidades sindicais do empresariado. E em 1937, foi eleito presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (Dias, 2001).

Entre as referências intelectuais de Simonsen, se destacam Friedrich List ([1841] 1983) e Manoilescu ([1931] 2001). As leituras tanto List quanto Manoilescu forneceram para o industrial os argumentos para questionar a ortodoxia do livre mercado e as ideias para defender, no Brasil, a necessidade da industrialização como caminho para superar a pobreza e a tese segundo a qual a viabilidade do projeto industrial dependeria do planejamento, da proteção e do apoio do Estado (Teixeira; Marangoni e Lobato, 2010).

Em 1934, durante o seu mandato de deputado federal representando os sindicatos patronais, Simonsen fez o seguinte pronunciamento que sintetiza o seu pensamento econômico:

A situação de hoje em dia é esta: nação nova tem de ser protegida, pois não dispõe dos aparelhamentos econômicos dos países adiantados, e os mais fracos, os que não dispuserem de tais aparelhamentos, fatalmente terão de perecer na concorrência internacional. Assim, temos de compensar a fraqueza das nações novas com proteção apropriada (Simonsen, 1934, 43).

Capítulo 2. A Controvérsia do Planejamento: Roberto Simonsen versus Eugênio Gudín.

2.1 A planificação da economia brasileira (1944) e Rumos de Política Econômica (1944)

Durante o Estado Novo (1937-1945), foram criados órgãos consultivos com a perspectiva de transpor as discussões entre os diferentes grupos dominantes na sociedade para a burocracia estatal (Diniz, 1978). Após a criação, em 1943, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Roberto Simonsen, na função de relator, apresentou no dia 16 de agosto de 1944 o primeiro documento que deu origem a controvérsia com Eugênio Gudín, *A planificação da economia brasileira*.

Esse parecer objetivava investigar se a evolução econômica do Brasil já havia estabelecido os princípios fundamentais que orientariam o desenvolvimento industrial e comercial. Com base no relatório americano da Missão Cooke, realizada no segundo semestre de 1942, Simonsen recomenda que a industrialização do país, “sábria e cientificamente” conduzida seria o caminho para o progresso de toda nação (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudín, 1977 [2010]).

Sobre a situação brasileira, Simonsen elenca uma série de observações. Primeiro, o crescimento industrial era impedido pela deficiência nos transportes, pela ausência de indústrias básicas fundamentais e por dificuldades de encontrar mão de obra apropriada. E diante do fato de que poucas indústrias básicas foram criadas pela iniciativa particular, Simonsen estabelece como imprescindível a participação do Estado (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudín, 1977 [2010]).

Por outro lado, Simonsen destaca a estagnação das atividades primárias e a precariedade da renda nacional. O industrial se diz impressionado com a estagnação em muitas atividades primárias, sobretudo as relacionadas à alimentação. Simonsen relata que há dez anos a produção total de artigos alimentícios não aumentou enquanto a população cresceu e portanto, neste cenário de produção virtual de alimentos decrescente, o país estava exposto a grandes riscos sociais (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudín, 1977 [2010]).

A renda nacional é uma questão chave para Simonsen. Com base no cálculo feito pelo Ministério do Trabalho, Simonsen confia que a produção no mercado interno, uma vez que depende do consumo, está estritamente condicionada ao aumento da renda nacional. Comparando os dados dos Estados Unidos com os dados do Brasil, Simonsen entende que pelo fato de no Brasil a renda por habitante ser 25 vezes menor que a verificada nos Estados Unidos da América (EUA), consumo médio do brasileiro era no mínimo 25 vezes menor que o do norte-americano (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudín, 1977 [2010]).

Tendo isso em vista, Simonsen alerta que a sociedade não pode ficar indiferente ao baixo nível da renda nacional e que a solução numérica seria a quadruplicação da renda, dentro do menor prazo possível (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudín, 1977 [2010]).

Como forma de atingir esse objetivo, o industrial ressalta que os métodos clássicos seriam ineficazes para elevar o padrão de vida no Brasil:

As críticas, imparciais e objetivas, que tivemos oportunidade de citar e as considerações já feitas demonstram ser impossível satisfazer esse nosso razoável anseio com a simples aplicação dos processos clássicos. A prevalecer o lento ritmo observado em nosso progresso material, estaríamos irremediavelmente condenados, em futuro próximo, a profundas intranquilidades sociais (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010], 44).

Assim, para Simonsen, impõe-se a necessidade de planificação da economia como forma de se criar as condições para o aumento da renda nacional. Essa planificação seria organizada em medidas de proteção à indústria local, sobretudo por meio de barreiras tarifárias, e se daria com base em uma infraestrutura proporcionada pela atuação do Estado (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

No seu parecer, Roberto Simonsen não cita a ideia do “grande impulso” (big push) de Rosenstein-Rodan (1943). No entanto, Simonsen faz uma proposta semelhante: uma cooperação com as classes produtoras com o objetivo de criar indústrias-chaves que garantiriam a autossuficiência do parque industrial. Além disso, ao Estado caberia incentivar a criação de bancos industriais de financiamento, a montagem de novas escolas de engenharia e de institutos de pesquisas, a intensificação do ensino profissional e a migração selecionada e abundante de técnicos que fortaleceriam o mercado interno, dado ao alto padrão de consumo que estariam habituados (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Já em relação à viabilidade financeira, Simonsen sugere que, inicialmente, o país use pelo menos 50 % de suas disponibilidades no estrangeiro e que a obtenção do financiamento geral seria negociado com os Estados Unidos em moldes diferentes. Os juros deveriam ser substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das explorações industriais e nos saldos das novas exportações. Desta maneira, nota-se que Simonsen não se opõe à entrada de capital estrangeiro, sobretudo o americano (Simonsen, 1944 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Seis meses depois, no dia 23 de março de 1945, Eugênio Gudin, então relator da Comissão Planejamento Econômico, criada em 1944, remeteu, um longo documento intitulado *Rumos de política econômica*, no qual rejeitava, por meio de duras críticas, as propostas de Roberto Simonsen (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Anos depois, em 1978, referindo-se a esse momento, assim Gudin (1978, 277) enxergava a sua atuação:

Em 1945, na Comissão de Planejamento Econômico então criada, tive de enfrentar uma nova onda de monopolismo, caracterizada pelo horror à concorrência. O memorando dos grupos interessados exigia “que não se prejudicassem as atividades já em funcionamento com a instalação de novas iniciativas concorrentes.

No entanto, nas primeiras páginas do documento *Rumo de política econômica*, Gudin afirma não divergir dos objetivos gerais visados por Simonsen, bem como não discorda das considerações sobre a debilidade da economia brasileira e a situação ruim de sua população. As divergências estão no método a ser adotado e nos princípios gerais que devem orientar a política econômica (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Um dos primeiros pontos de dissensos se refere à definição da renda nacional. Gudin afirma, de forma contundente, que tantos os cálculos quanto à noção de “renda nacional” estão inteiramente fora da realidade no parecer de Simonsen. O método de incluir no cálculo da renda nacional o valor das mercadorias importadas do estrangeiro ao mesmo tempo que exclui do valor da produção os fretes, os juros, os lucros e salários dos intermediários, os impostos, as armazenagens e todas as despesas do varejo, tornam as estatísticas do Ministério do Trabalho usadas por Simonsen inúteis (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Cabe observar que hoje sabemos que o conceito das contas nacionais, inicialmente citado por Stamp (1922), somente ganharam uniformidade e precisão em 1947 com Richard Stone (1913–1991), que viria ganhar o Premio Nobel de Economia em 1984 (Johansen, 1985).

A tese da planificação como caminho para superar a pobreza é objeto de forte reprovação por parte de Gudin. Primeiro o professor pontua que há uma “mística do plano”, originada na dinâmica da economia mercantilista, mas que em uma economia capitalista se torna ineficaz, pois, as ações dos indivíduos não são compatíveis com o dirigismo de um plano absoluto. Deste modo Gudin (1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010], 60) critica Simonsen:

O conselheiro Roberto Simonsen filia-se, como se vê de muitos de seus conceitos, à corrente dos que veem no “plano” a solução de todos os problemas econômicos, espécie de palavra mágica que tudo resolve, mística de planificação que nos legaram o fracassado New Deal americano, as economias corporativas da Itália e de Portugal e os planos quinquenais da Rússia. Não compartilho dessa fé.

Além de pontuar a ineficácia de um plano dirigista, Gudin ressalta que o dirigismo econômico desempenhou um nefasto papel na criação de regimes totalitários como os da União Soviética, da Itália, da Alemanha e de Portugal. Para resumir, Gudin (1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010], 80) afirma o quão desastroso seria o capitalismo de Estado para o Brasil:

Não discuto aqui ideologias. Mostro apenas a grave herança de capitalismo de Estado que nos ficou do regime totalitário que ora se extingue. Se queremos marchar para o capitalismo de Estado, para o comunismo, para o nazismo ou para qualquer modalidade totalitária, estamos no bom caminho. E o que o projeto Simonsen propõe representa, não intencionalmente decerto, mais um passo nesse sentido

Como liberal, Gudin pontua que a função do Estado é “estabelecer as regras do jogo, mas não jogar” e que “ tudo está na produtividade”. Segundo aquele autor, o

Estado devia eliminar gradualmente os mecanismos de intervenção, como a política protecionista, e procurar aumentar a produtividade agrícola, a qual, de acordo com o autor, é a única atividade econômica que o país demonstra capacidade de produzir vantajosamente (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Eugênio Gudin não se furta a recomendar algumas medidas. Para política monetária, o objetivo deve ser a estabilidade do poder de compra e que uma vez dominada a inflação seja criado um Banco Central. Já para a política cambial e comercial internacional, Gudin prega o alinhamento aos princípios estabelecidos pelo Acordo de Bretton Woods. Neste ponto, defende a livre entrada e saída do capital estrangeiro e a abolição de quaisquer restrições ou impostos que incidam sobre a remessa de lucro, juros ou dividendos de capitais estrangeiros investidos no Brasil (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

E em relação à política aduaneira, esta deveria ser orientada no sentido de evitar margens excessivas de proteção à indústria nacional, a ponto que dispensasse esforços para melhoria da produtividade e do constante aperfeiçoamento das maquinarias (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Assim como Simonsen, Gudin sugere a destinação da maior parcela possível de recursos à criação, em grande escala, de escolas técnicas eficientes, à importação de professores estrangeiros especializados, ao custeio do aprendizado de jovens no exterior e à construção de centros de pesquisas e laboratórios com o necessário aparelhamento material (Gudin, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

2.2 O planejamento da economia brasileira (1945) e Carta à Comissão de Planejamento (1946)

Três meses após do parecer do professor Gudin, em junho de 1945, Roberto Simonsen apresenta a sua réplica sob o título *O planejamento da economia brasileira*. Nesse documento, Simonsen reforça a crença nos dados e nos argumentos utilizados no relatório *A planificação da economia* bem como faz refutações aos argumentos de Gudin, às vezes lançando mão de adjetivos depreciativos (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Nas primeiras páginas, Simonsen reafirma a veracidade dos dados que atestam a lentidão da evolução econômica do Brasil e reforça o seu argumento de que seria necessário pelo menos quadruplicar, no menor prazo possível, a renda nacional (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

No tocante às críticas sobre a renda nacional, o industrial acusa Gudin de irreverência e de obsessão de desmoralizar os trabalhos feitos pelo Ministério do Trabalho, principalmente quando desvirtua expressões para estabelecer uma confusão entre conceito de renda e índice da renda nacional (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Diante da falta de êxito do planejamento no Brasil, Simonsen o justifica como decorrência das fraquezas políticas e econômicas que levam as autoridades a

adotarem uma série de intervenções e planejamentos incompletos e parcialmente executados (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Desta vez, o conceito de planejamento é melhor trabalhado por Simonsen. Para o industrial, o plano se define como uma técnica e não como uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares e nem representa uma ameaça às instituições políticas. Ao contrário, o planejamento cria um ambiente de segurança que promove o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada e concorre para assegurar a sobrevivência da liberdade (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

O industrial reafirma, ao longo do seu texto, a visão de que os planos não só orientam melhor a ação do Estado, mas são, sobretudo, um “poderoso instrumento de ação econômica e social” capaz de por um fim nos gravíssimos problemas do país (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]). Em relação aos críticos do planejamento, Simonsen os adjetiva de “saudosistas” presos aos conceitos do século XIX (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Como argumento de comprovação, Simonsen usa os exemplos dos EUA e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para demonstrar o quão possível e benéfico o planejamento econômico pode ser. Na URSS, graças à técnica do planejamento econômico, a nação foi capaz de mobilizar os recursos necessários para a resistência às invasões de Hitler. Nos EUA, o sucesso do Tennessee Valley Authority (TVA) foi responsável pelo desenvolvimento do potencial hidrelétrico e do transporte na região do vale do rio Tennessee (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Depois de reforçar os argumentos defendidos, Simonsen acusa Gudin de ter elaborado um documento que não se cingiu a uma crítica técnica. Ao contrário, Simonsen afirma que réplica de Gudin é permeado por iras, deturpações de suas teses e agressões às instituições, às pessoas e às associações de classe (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Em relação à indústria, Simonsen relata que Gudin desconhece o parque industrial brasileiro e o fato de que o Brasil exporta produtos industriais que são bem recebidos no exterior. O industrial afirma que o professor Gudin ataca a indústria nacional pelo simples prazer de criticar e possui o desejo de ver o Brasil eternamente dependente de outros povos (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

As críticas ao protecionismo aduaneiro, para Simonsen, são inteiramente descabíveis. Segundo o industrial, as pautas aduaneiras estavam sendo gradualmente diminuídas desde 1934 e que, portanto, as tarifas não eram responsáveis pelo encarecimento do custo de vida e da exportação (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Sobre o *New Deal*, Simonsen entende que Gudin alista-se entre os que negam os resultados programa. Mesmo que a plano proposto por Simonsen não tivesse o sentido amplo do *New Deal*, o industrial acredita na importância histórica da política americana. O *New Deal* resultou em um ativo bem maior que o passivo e, por

exemplo, Simonsen relata que o colapso do sistema bancário foi evitado e que, entre 1933 e 1937, a renda nacional líquida cresceu de U\$ 39,5 milhões para U\$ 67 milhões (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

No tocante as defesas de uma economia liberal, Simonsen acusa Gudin de não obedecer qualquer critério científico. Primeiro, em uma sociedade complexa, o egoísmo do *homo economicus* não impera mais nas relações sociais e foi substituído “homem social”, o qual abriria mão dos próprios interesses a favor da coletividade (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

De acordo com Simonsen, a aplicação dos princípios clássicos a economia brasileira, reafirmada pelo professor Gudin, baseiam-se em condições ideais, inexistentes no mundo atual. Para que não houvesse a “cristalização da inferioridade” da economia brasileira, seria necessário que o Estado não se cingisse a simplesmente fixar “as regras do jogo” (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]). Como referência, Simonsen relata que a Inglaterra, “campeã do liberalismo no comércio internacional”, só adotou os princípios liberais depois de ter sua indústria montada e em condições de absoluta superioridade (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Portanto, os princípios defendidos por Eugênio Gudin seriam adequados aos países de riqueza já consolidada e não a um país pobre, necessitado de aumentar a renda nacional como condição para não ocorrência de intranquilidades sociais (Simonsen, 1945 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

A resposta final a essa controvérsia ficou por conta de Eugênio Gudin com a publicação do texto *Carta à Comissão de Planejamento* em agosto de 1946. Logo no início, Gudin considera fundamental manter o debate no terreno dos princípios de teoria e prática econômica, não deixando que ressentimentos pessoais interfiram no apreço dos problemas em questão (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Gudin refuta a ideia da participação das classes produtoras nos processos decisões da economia. Evocando a sua experiência no setor privado, ele afirma que em vinte anos de atividade produtora pouco foi capacitado com conhecimentos de ordem científica e técnica, indispensáveis à compreensão dos fenômenos econômicos. E, portanto, o simples exercício de uma atividade econômica não habilita o empresário a tomar decisões sobre o país. Ainda, Gudin acusa as classes produtoras de frequentemente fazerem prevalecer princípios e conclusões ao sabor das suas preferências de momento (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Sobre a renda nacional, o professor Gudin reafirma que os autores dos dados do Ministério do Trabalho não compreenderam o seu cálculo. Mais uma vez, relata que o Ministério do Trabalho entendeu mal o sentido do cálculo de Stamp. Sir Josiah Stamp (1880-1941) publicou um trabalho *Wealth and Taxable Capacity* (1922) no qual apresenta um método de cálculo da renda nacional, que foi bastante usado na Inglaterra. Gudin aponta que o Ministério do Trabalho simplesmente copiou os métodos de Stamp sem os devidos ajustes ao Brasil, que possui uma economia muito diferente do da Inglaterra (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

A respeito do planejamento, Gudin acrescenta que planejar integralmente a economia é necessário em um período de guerra, tendo em vista que o Estado precisa atuar para transferir a aplicação dos fatores de produção para outros objetivos. No entanto, fora desse contexto, o Estado deve planejar somente aquilo que a iniciativa privada é incapaz de prover. Por exemplo: moeda, finanças públicas, regime tributário, defesa e segurança nacional entre outros (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

De fato, Gudin admite que o Estado deve amparar as indústrias merecedoras de proteção e incentivar o surgimento de novas. Não obstante, isso se daria em escala reduzida e somente por meio da não participação direta do Estado nos empreendimentos industriais (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Gudin esclarece que não é contra a industrialização do Brasil e a julga até necessária tendo em vista que o Brasil possui uma terra pobre em húmus, ricas de erosão e um relevo montanhoso. Discordando quanto ao método, a industrialização no Brasil deveria se dar voltada às demandas do setor externo sem o sacrifício do setor exportador agrícola e nem com abuso do protecionismo (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Quanto aos adjetivos pejorativos e às acusações realizadas por Simonsen, Gudin confessa que tem tédio e constrangimento em respondê-lo. No entanto Gudin julga importante evidenciar algumas contradições da réplica do industrial (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Em relação à crítica a sua posição liberal, Gudin afirma que Simonsen confunde *laissez-faire* com economia liberal². Em suas palavras, Gudin (1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010], 80) diferencia assim esses conceitos:

O *laissez-faire*, escreve L. Rougier, “podia se comparar a um regime em que os veículos podiam circular à vontade sem obediência a qualquer regulamento e em que os veículos pesados forçavam os mais leves a ceder-lhes o passo [...] O Estado liberal é aquele em que os veículos podem ser conduzidos ao destino de livre escolha de seus condutores, mas com a obrigação de respeitar o código de trânsito.

No que se refere às acusações de deturpação dos trechos exibidos, Gudin se defende reproduzindo vários trechos na íntegra para que o leitor comprove se o sentido foi ou não alterado (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Sobre o entendimento de Simonsen que o *homo economicus* foi substituído pelo “homem social” o qual antepõe aos seus próprios os interesses da coletividade, Gudin ironiza, dizendo vê graça que este pensamento parta do presidente da Federação das Indústrias (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Por último, Gudin refuta a crença de Simonsen na impossibilidade de afluxo espontâneo de capital estrangeiro para o país. Caso o governo não espantasse o

² Nos dias de hoje, o conceito de economia liberal usada por Gudin estaria melhor identificada como economia de mercado.

capital estrangeiro com nacionalismos exacerbados, como a proibição de capital estrangeiros em empresas hidroelétricas, não faltariam créditos nos Estados Unidos para boas empresas no Brasil e o afluxo espontâneo de capitais americanos não seria cessado (Gudin, 1946 apud Simonsen; Gudin, 1977 [2010]).

Capítulo 3. A importância da Controvérsia do Planejamento e as imagens históricas de Eugenio Gudín e Roberto Simonsen

3.1 A importância da Controvérsia do Planejamento

A Controvérsia do Planejamento transcendeu o contexto histórico de sua época e lançou bases de uma disputa entre duas grandes vertentes da economia brasileira, a desenvolvimentista e a liberal. Nessa mesma linha, o economista André Lara Resende (2017) afirma que o debate político e econômico no Brasil têm nessa controvérsia as suas raízes e é pautado por ela desde o pós-guerra.

Vale ressaltar que a controvérsia entre Gudín e Simonsen se destacou em relação a outras discussões da primeira metade do século XX por trazer à luz, por meio de argumentos estruturados e consistentes, os dilemas de uma economia que estava no seu mais significativo ciclo industrializante (Teixeira; Marangoni e Lobato, 2010). Além do confronto entre ideia de dirigismo e de liberdade econômica, esse debate refletia uma complexa disputa de interesses entre grupos na sociedade brasileira. De um lado, identificada com Roberto Simonsen havia uma burguesia industrial que visava ampliar sua influência nas decisões de governo, do outro havia os setores ligados ao capital estrangeiro e às atividades exportadoras e importadoras, mais identificadas com as defesas de Eugênio Gudín (Corsi, 1995).

Tanto as ideias de Gudín quanto as de Simonsen repercutiram diferentemente ao longo da história do pensamento econômico no Brasil. As propostas de Simonsen, apesar dos evidentes equívocos apontados por Gudín, o tornaram, segundo Bielschowsky (1995), “patrono dos economistas de todas as correntes desenvolvimentistas”.

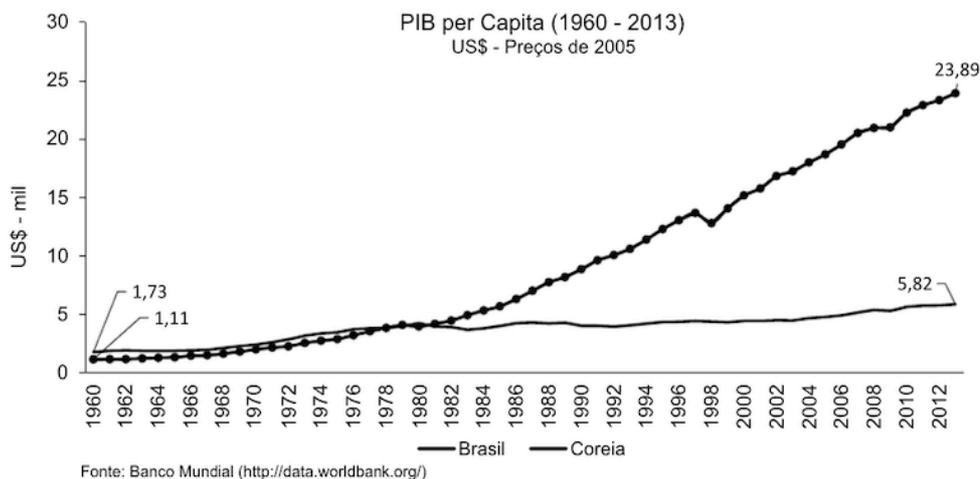
Lara Resende (2017), ao analisar a influência dos argumentos de Simonsen, assinala que o seu trabalho foi um apelo mais político e emocional do que técnico. Mesmo desconsiderando as restrições orçamentárias e sugerindo propostas irrealistas, Simonsen, por causa do seu apelo social, trouxe ao nacional-desenvolvimentismo a noção de que o país precisava de uma industrialização liderada pelo Estado como caminho para superar a miséria e aumentar a renda a um patamar “compatível com a dignidade humana” (Lara-Resende, 2017).

Em uma perspectiva histórica, os argumentos de Simonsen reverberaram de forma direta e indiretamente nos rumos da economia brasileira. Em 1958, ano que morreu Roberto Simonsen, iniciou o funcionamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e, segundo Bielschowsky (1995) essa instituição deu sequência imediata ao trabalho de legitimação dos argumentos que Simonsen vinha realizando através da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

No plano prático, é inegável que as ideias de Simonsen marcaram de forma intensa a formulação de políticas públicas no Brasil. A título de comparação, enquanto a República da Coreia (Coreia do Sul) privilegiou ideias identificadas com as de Gudín, como uma economia de mercado e o incentivo à competitividade e à inovação, na economia brasileira prevaleceram princípios ligados aos argumentos de Simonsen como o estatismo e a proteção a indústrias ineficientes com baixa produtividade e

competitividade. O resultado pode ser visto no gráfico 1, no qual o produto per capita da República da Coreia não só ultrapassa o do Brasil em meados da década de 80 como segue em um ritmo muito acelerado enquanto o Brasil apresenta um ritmo de quase estagnação.

Gráfico 1 – PIB Per Capita – Brasil x Coreia – 1960 - 2013



Desde o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) até “Nova Matriz Econômica” dos governos petistas, a ideia da intervenção estratégica do Estado continua constante na economia brasileira. Além disso, recentemente, o fracasso da “Nova Matriz Econômica” reeditou debates semelhantes à Controvérsia do Planejamento, em que ainda se questiona a efetividade do intervencionismo realizado enfaticamente no primeiro mandato do governo Dilma (2011-2016).

Do outro lado, Eugênio Gudín sistematizou os argumentos liberais e os adaptou às características específicas de uma economia subdesenvolvida como a do Brasil. Também, marcou o debate econômico como grande adversário teórico dos desenvolvimentistas de orientação nacionalista e foi fundamental para o pensamento neoliberal no Brasil (Bielschowsky, 1995).

De forma surpreendente, algumas ideias de Gudín não só resistiram ao tempo como também anteciparam o que viria a se tornar a visão corrente a partir do final do século XX. A ênfase na defesa das instituições é marcante nos argumentos de Gudín. Vale ressaltar que as teses que defendem a importância das instituições foram durante muito tempo relegadas a um plano secundário na primeira metade do século XX e tiveram maior destaque com Douglas North (1981) e com a obra *Why Nations Fail* (2012) de Daron Acemoglu e James A. Robinson (Lara-Resende, 2017).

Gustavo Franco (2017) lança mão da Controvérsia do Planejamento para demonstrar que Eugênio Gudín foi proponente de um banco central no Brasil. Enquanto Simonsen acreditava que o banco central deveria ser um órgão a serviço do desenvolvimento econômico, Gudín apoiou a proposta de um banco central cuja a prioridade seria garantir a liquidez do sistema bancário e não de fortalecer setores

da economia. Sobre esse assunto, pode-se dizer que as ideias de Gudin tiveram mais importância que as de Simonsen (Franco, 2017).

Outro aspecto importante que destacou a posição de Gudin foi a questão do controle da inflação. Enquanto Gudin defendia a estabilidade da moeda como condição fundamental para o desenvolvimento da economia, Simonsen não demonstrava preocupação com essa questão. Lara Resende (2017) afirma que essa oposição foi um “traço genético” transmitido às duas correntes do pensamento econômico. O controle da inflação não foi historicamente objeto de importante consideração por parte do nacional-desenvolvimentismo, inclusive muitos viam na inflação um bom mecanismo de transferência de recursos do setor privado para o Estado, criando assim uma poupança forçada (Lara-Resende, 2017).

3.2 As imagens históricas de Eugênio Gudin e Roberto Simonsen

Houve um vencedor da Controvérsia do Planejamento? Para essa pergunta autores como Teixeira, Marangoni e Lobato (2010) e André Lara Resende (2017) concordam que não houve um vencedor absoluto e a escolha de um vitorioso dependerá do prisma de análise.

Sob o prisma intelectual, Gudin é grande vitorioso. Gudin estava melhor preparado, sobretudo teoricamente, para sustentar que a produtividade é a essência do progresso em um país. Hoje é dominante a ideia de que a produtividade é um dos critérios mais importantes de aferição da eficiência, tanto microeconomicamente quanto macroeconomicamente (Lara-Resende, 2017).

Sob o ponto de vista político e acadêmico, Roberto Simonsen obteve, em certos momentos da história, eminente vitória. A retórica político-emocional diante de um país subdesenvolvido tiveram eco tanto na academia, como foi no caso da CEPAL, quanto nos movimentos sociais que defenderam um desenvolvimento menos elitista e com maior distribuição de renda (Teixeira; Marangoni e Lobato, 2010)

A diferença de estilos entre Simonsen e Gudin também foi determinante para imagem que ambos iriam ter ao longo da história. O voluntarismo político a favor da industrialização e o apelo político-social em que se desconsidera os limites da realidade permearam as defesas de Simonsen. Tudo isso contribuiu para que se construísse a imagem do progressista visionário que lutava para desenvolver um país atrasado e dependente (Lara-Resende, 2017).

Em contraposição, os argumentos técnicos e racionais de Gudin, sem o “charme” conferido pelo voluntarismo político, fizeram com que a imagem de Gudin fosse associada ao do tecnocrata conservador, inimigo da industrialização e defensor do atraso (Lara-Resende, 2017).

Conclusão

Raros são os debates que ultrapassam a fronteira da sua época e influenciam gerações de acadêmicos e políticos. A Controvérsia do Planejamento não só representou o amadurecimento das discussões sobre os rumos da economia do Brasil como também foi a base pela qual se desenvolveram a construção e a oposição entre as maiores vertentes da economia brasileira, a liberal e a desenvolvimentista.

Também ficou claro que esse debate foi um reflexo das disputas de poder em torno do papel do Estado. De um lado havia o setor industrial, demandando mais recursos e proteção e, de outro, havia o setor agrícola que era apontado como a atividade mais produtiva do país.

É impossível não notar a atualidade de boa parte dos argumentos de Simonsen e de Gudin. Mesmo que entre 1945 e 2019, o Brasil tenha mudado bastante, ainda persistem muitas causas que motivaram a Controvérsia do Planejamento. Por exemplo, a baixa produtividade da economia e a grande massa de pobres na sociedade. Ademais, o país não acompanhou a modernização da matriz produtiva para uma economia baseada no conhecimento como o principal fator de geração de riquezas. Ou seja, assim como na década de 1940, o Brasil continua atrasado.

Por último, considerando que o pensamento econômico precisa avançar para solucionar os desafios postos pela globalização, a controvérsia entre Eugênio Gudin e Roberto Simonsen foi um grande exemplo para aqueles que debatem a economia brasileira. Mesmo diante de divergências aparentemente irreconciliáveis, pessoas precisam ter a capacidade de promover a troca genuína de ideias e de colocar a prova seus ideais, opiniões e valores para serem discutidos, maturados, descartados ou até mesmo aprofundados.

Referências

Acemoglu, Daron e James. Robinson. 2012. *Why Nations Fail : The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Nova York : Crown Business, Random House.

Bielschowsky, Ricardo. 1995. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro : Contraponto.

Campos, Roberto. 1994. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Carneiro, Paulo E. de Berredo. *et al.* 1979. *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro : FGV.

Corsi, Francisco Luiz. 1995. A burguesia industrial e os rumos da economia brasileira ao final do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. nºs 4 e 5, p.7-21.

Curi, Luiz Felipe Bruzzi. 2014. *Entre a história e a economia : o pensamento econômico de Roberto Simonsen*. Dissertação (mestrado em História Econômica) – Programa de Pós-graduação em História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

Dias, Sônia. 2001. “ Roberto Simonsen”, *In* : Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2 ed. Rio de Janeiro : FGV/CPDOC.

Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-cocharane-simonsen>> Acesso : 13/10/2018

Diniz, Eli. 1978. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil : 1930-1945*. Rio de Janeiro : Paz e Terra (Coleção Estudos Brasileiros, v.27)

Franco, Gustavo H.B. 2017. *A moeda e a lei : uma história monetária brasileira, 1933-2013*. 1 ed. Rio de Janeiro : Zahar.

Fundação Getúlio Vargas – FGV; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Era Vargas: dos anos 20 a 1945. Universidade Brasil. Disponível em : <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil>. Acesso : 16/12/2018.

Furtado, Celso. 1959 [2009]. *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa : 50 anos; organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo : Companhia das Letras.

Furtado, Rosa Freire. 2009. Prefácio. In: *Formação econômica do Brasil*. Edição comemorativa : 50 anos; organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo : Companhia das Letras.

Gudin, Eugênio. 1945. *Rumos de política econômica*. Rio de Janeiro: Mimeografado. 1945. In: Simonsen, Roberto; Gudín, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 1977 [2010], p. 51-126.

_____. 1946. *Carta à Comissão de Planejamento*. Rio de Janeiro: Mimeografado. 1946. In: Simonsen, Roberto; Gudín, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 1977 [2010], p. 51-126.1945.

_____. 1978. *O pensamento de Eugênio Gudín*. Rio de Janeiro : FGV.

Johansen, L. 1985. Richard Stone's contribution to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, v.87, n.1, p.4-32. Disponível em: <https://www.jstor.org/stabel/3439790> . Acessado : 01/12/2018.

List, Friedrich. 1841 [1983]. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo : Abril Cultural (coleção Os economistas)

Manoilescu, Mihail. 1931 [2001]. *Teoria do protecionismo e da permuta internacional*. Rio de Janeiro : Capax

Mueller, Charles C . 2009. *Evolução da economia brasileira da Proclamação até a véspera da arrancada desenvolvimentista pós II Guerra Mundial*. Brasília, departamento de Economia, versão revista e ampliada. p.99-132.

North, D. 1991. Institutions. *Journal of Economics Perspectives*, v.5, nº 1, p.67-112.

Novaes de Almeida, José Roberto. 2009. *Economia monetária: uma abordagem brasileira*. São Paulo : Atlas.

Lara-Resende, André. 2017. *Juros, moeda e ortodoxia: teorias monetárias e controvérsias políticas*. 1 ed. São Paulo : Portfolio-Penguin.

Ricardo, David. 1817 [1982]. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo : Victor Civita (coleção Os economistas)

Rosenstein-Rodan, P.N. 1943. Problems of industrialisation of eastern and south-eastern Europe. *The Economic Journal*, v. 53, n. 210/211, p.202-211. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2226317>. Acesso em: 29/11/2018.

Say, Jean-Baptiste.1803 [1983]. *Tratado de economia política*. Tradução de Balthazar Barbosa Filho. São Paulo : Abril Cultural (coleção Os economistas)

Schwartzman S. 1987. A força do Novo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.5, n.2, p.47-66.

Simonsen, Roberto. 1934. *Ordem econômica, padrão de vida e algumas realidades brasileiras*. São Paulo Editora Ltda.: São Paulo.

_____. 1937. *História econômica do Brasil: 1500-1820*. São Paulo : Companhia Editora Nacional (Bibliotheca Pedagógica Brasileira) Disponível em : <http://www.brasiliana.com.br/obras/historia-economica-do-brasil-1500-1820>.

Acessado: 10/12/2018

_____.1944. *A planificação da economia brasileira*. São Paulo: Mimeografado. 1944. In: _____; Gudin, E. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 1977 [2010], p. 35-50.

_____. 1945. *O planejamento da economia brasileira*. São Paulo: Mimeografado. 1945. In: _____; Gudin, E. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 1977 [2010], p. 127-179.

Stamp, Josiah. 1922. *Wealth and taxable capacity*. Londres : P.S King & Son. Disponível : <https://archive.org/details/wealthtaxablecap00stamuoft/page/n11> . Acessado: 29/11/2018

Teixeira, Aloísio; Marangoni, Gilberto e Lobato Gentil, Denise. 2010. *O Desenvolvimento : o debate pioneiro de 1944 – 1965*. Brasília: IPEA.